

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: contribuições para a pesquisa educacional

LA TEORÍA DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES: aportes a la
investigación educativa

THE THEORY OF SOCIAL REPRESENTATIONS: contributions to
educational research

Suzi Maria Nunes Cordeiro¹ 

Solange Franci Raimundo Yaegashi² 

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir os princípios da Teoria das Representações Sociais (TRS) e seu uso para a fundamentação e delineamento metodológico de estudos acadêmicos, a fim de compreender sua aplicabilidade. Para tanto, realizou-se um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os resultados mostram que por seu papel na orientação de condutas e práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais para que possamos fazer escolhas, classificar as coisas (objetos, fatos, pessoas, grupos...) e interpretar a realidade. Nesse sentido, a TRS permite ao pesquisador identificar as representações que um grupo específico possui em relação ao seu objeto de estudo. Conclui-se que pelo fato de enfatizar importância do contexto cultural, das interações sociais e das dinâmicas de poder, a TRS contribui para um entendimento mais profundo das questões sociais brasileiras, dentre essas as que se situam no campo educacional.

Palavras-chave: Contexto Cultural. Saúde e Educação. Pesquisa.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir los principios de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS) y su uso para la fundamentación y diseño metodológico de estudios académicos, con el fin de comprender su aplicabilidad. Para ello se realizó un estudio bibliográfico, con enfoque cualitativo. Los resultados muestran que, por su papel orientador de conductas y prácticas sociales, las representaciones sociales constituyen elementos esenciales para que podamos tomar decisiones, clasificar cosas (objetos, hechos, personas, grupos...) e interpretar la realidad. En este sentido, TRS permite al investigador identificar las representaciones que tiene un grupo específico en relación a su objeto de estudio. Se concluye que, al enfatizar la importancia del contexto cultural, las interacciones sociales y las

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Universidade Cesumar (UniCesumar). E-mail: suzi.cordeiro@unicesumar.edu.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: sfryaegashi@uem.br

Como referenciar este artigo:

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: contribuições para a pesquisa educacional. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, e8281, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.8281>

dinâmicas de poder, TRS contribuye a una comprensión más profunda de las cuestiones sociales brasileñas, incluidas aquellas en el campo educativo.

Palabras clave: Contexto cultural. Salud y Educación. Investigación.

Abstract

This article aims to discuss the principles of the Theory of Social Representations (TSR) and its use for the foundation and methodological design of academic studies, in order to understand its applicability. To this end, a bibliographic study was conducted with a qualitative approach. The results show that, due to their role in guiding social behaviors and practices, social representations constitute essential elements for us to make choices, classify things (objects, facts, people, groups, etc.) and interpret reality. In this sense, the TRS allows the researcher to identify the representations that a specific group has in relation to its object of study. It is concluded that, by emphasizing the importance of the cultural context, social interactions and power dynamics, the TRS contributes to a deeper understanding of Brazilian social issues, among them those in the educational field.

Keywords: Cultural Context. Health and Education. Research.

INTRODUÇÃO

Com a possibilidade de obter respostas, conscientes e inconscientes, sobre as ações que emergem dos conhecimentos socialmente acumulados que, por sua vez, também se originam das experiências práticas, a Teoria das Representações Social (TRS) tem sido utilizada para embasar muitas pesquisas científicas, sobretudo na área de Ciências Humanas e Sociais.

Nesse sentido, o presente artigo explora a relevância da TRS para o campo da pesquisa científica, com objetivo discutir seus princípios e seu uso para a fundamentação e o delineamento metodológico de estudos acadêmicos, a fim de compreender sua aplicabilidade. Para compreender a TRS é necessário conhecer o contexto em que ela surgiu e os principais conceitos que a constituem.

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2019), pesquisas com delineamento bibliográfico assentam-se na análise e discussão de dados organizados e divulgados em materiais como livros, teses, dissertações, anais de eventos científicos, materiais de divulgação online, entre outros.

O conceito de representação social, central para a teoria de Moscovici (2012), surgiu de seus questionamentos sobre a ideia de representação coletiva de Émile

Durkheim. Por meio da Sociologia do Conhecimento, Durkheim buscou expandir a epistemologia de Immanuel Kant, pela qual tinha grande apreço, com o objetivo de aperfeiçoá-la e identificar possíveis limitações, avançando sua teoria a partir disso. Apesar de algumas divergências, Durkheim prosseguiu com base em pontos de convergência sobre o conhecimento, definindo as categorias como subgrupos dentro do conceito mais amplo de representações coletivas, destacando a dualidade humana, composta por corpo e alma (Pinheiro Filho, 2004).

Essa dualidade é ilustrada pela analogia Sagrado x Profano. Segundo Pinheiro Filho (2004), a alma, associada ao sagrado, representa a individualidade (ideias, desejos e vontades), enquanto o corpo, considerado de menor nobreza, seria o profano, que direciona a pessoa na comunhão com os outros (a humanidade). Dessa maneira, entender a sociedade como *lócus* da formação humana facilita a compreensão da análise durkheimiana: a sociedade externa ao indivíduo, enquanto o indivíduo internaliza o Homem.

A distinção entre "corpo x alma" é essencial para a concepção de representações coletivas, que são pensamentos formados a partir das associações entre as pessoas. Segundo Rêses (2003), Durkheim considerava que a ciência, para estudar as representações, deveria ponderar a distinção entre o que é indivíduo e o que é coletivo. Assim, "[...] o substrato da representação individual era a própria consciência de cada um, sendo, portanto, subjetivo, flutuante e perigoso à ordem social. Por outro lado, o substrato da representação coletiva era a sociedade em sua totalidade e, por isso, seria impessoal e ao mesmo tempo permanente" (Rêses, 2003, p. 190), o que, para Durkheim, assegurava a conexão essencial entre os indivíduos e, dessa forma, a harmonia da sociedade.

Em resumo, Durkheim via as representações coletivas como construções sociais: formas de expressar, reconhecer e compreender o mundo, que não se classificam como verdadeiras ou falsas, mas refletem o modo pelo qual cada sociedade interpreta o mundo em seu tempo (Cordeiro, 2016). Por meio dessas representações, o filósofo buscava entender as categorias intelectuais, isto é, os conceitos pelos quais definimos e caracterizamos o que nos rodeia, mostrando que a

mentalidade coletiva difere do indivíduo. Dessa forma, os conceitos que permeiam a sociedade têm origem no coletivo (Rêses, 2003).

Embora totalmente reconhecida e utilizada, a noção durkheimiana de representação coletiva foi questionada por Serge Moscovici em 1961, que destacou alguns pontos utilizados por Durkheim (1912, p. 626-627):

[...] um homem que não pensaria por conceitos não seria um homem, pois não seria um ser social, reduzido que estaria somente ao aspecto perceptivo, ele seria indiferenciado e animal. [...]. Pensar conceitualmente não é só isolar e agrupar juntas categorias as características comuns e certos objetos; é subsumir o variável no permanente, o individual no social.

Diante dessa afirmação, Moscovici (2012, p. 40) refletiu:

Se, nesses textos Durkheim queria simplesmente dizer que a vida social é a condição de todo pensamento organizado – e também a recíproca –, sua atitude não provoca objeções. No entanto, na medida em que ele não aborda de frente, nem explica os modos de organização do pensamento, mesmo sendo eles sociais, a noção de representação perde sua clareza. Talvez devêssemos a isso o abandono da noção: os antropólogos se voltaram para o estudo dos mitos, os sociólogos para o estudo das ciências etc. A fim de dar-lhe uma significação determinada, é indispensável fazer com que deixe seu papel de categoria geral, relacionada ao conjunto das produções ao mesmo tempo intelectuais e sociais. Pensamos que, por esse viés, será possível determiná-la, destacá-la da cadeia dos termos similares.

Moscovici (2012) manteve diversos conceitos de Durkheim, como o caráter social das representações coletivas e a influência do ambiente simbólico. No entanto, divergiu em relação à visão estática das representações e à ideia do senso comum como algo inferior na humanidade, propondo as suas próprias conclusões. A revisão desses conceitos foi necessária, pois Moscovici (2012) compreendeu que as sociedades de ambos os teóricos eram diferentes. Durkheim (1912) viveu em uma sociedade mais estática, onde mudanças e representações se transformavam lentamente. Já Moscovici (2012), na década de 1960, experimentava uma sociedade mais dinâmica, semelhante à que observamos hoje.

Com relação ao senso comum, “para Moscovici, o assim chamado pensamento primitivo (e, por analogia, o senso comum) não é o estágio elementar de uma forma mais desenvolvida de pensamento, tal como a ciência; ele é algo que deve ser considerado e entendido em seus próprios méritos” (Jovchelovitch, 2011, p. 99).

Dessa forma, Moscovici (2012) discute em sua teoria que é senso comum e o que é representação social, em contraposição à teoria de Durkheim.

O senso comum é muitas vezes desvalorizado, especialmente em ambientes acadêmicos, onde se espera a primazia do conhecimento científico. Assim, opiniões, sugestões e “achismos” nem sempre se baseiam na ciência, mas em conhecimentos empíricos que acabam orientando nossas ações cotidianas. No entanto, o senso comum constitui uma forma de conhecimento que emerge de experiências comprovadas ao longo do tempo e transmitidas a outras pessoas, tornando-se um saber comum e compartilhado.

Para Moscovici (2015), o senso comum, ainda que na ausência de uma ciência que comprove seus conhecimentos, deve ser respeitado, o que não isenta a responsabilidade de os pesquisadores terem cautelas ao lidarem com ele. Em vista disso, Coutinho *et al.* (2017, p. 21-22) afirmam que “o senso comum não prova nada mais do que a existência de um consenso, o qual, por seu turno, faz parte do dia a dia de todas as sociedades ou grupos sociais”. Dessa forma, o senso comum pode ser estudado e transformado em ciência na medida em que há comprovações sobre suas teorias ou uma teoria sobre o senso comum.

Moscovici (2012) assevera que, embora o senso comum seja um objeto de estudo da TRS, as representações sociais não se limitam a ele. As representações sociais são conceitos socialmente modificados que formam uma noção coletiva sobre um objeto, acontecimento ou pessoa específica.

Dessa forma, o objeto central de estudos da TRS é a compreensão de como o conhecimento reificado, produzido cientificamente, é partilhado e absorvido pelos diferentes grupos sociais, em especial pelo senso comum, em um universo consensual. Isto é, “essa teoria busca compreender como determinado fenômeno social transformado em saberes do senso comum, uma vez hierarquizados, determinam a conduta dos integrantes do grupo social” (Oliveira, 2019, p. 68).

Atualmente, a TRS é vista como uma teoria da Psicologia Social, devido à sua natureza interdisciplinar, que integra conceitos tanto da Psicologia quanto da Sociologia, e permite a sua aplicação em diversos campos do conhecimento.

A fim de atingir o objetivo proposto, este artigo foi subdividido em duas seções. Na primeira discutimos o percurso histórico da TRS e os conceitos que a norteiam. Na segunda, apresentamos as escolas que se originaram da TRS, as quais contribuíram para o aprimoramento das pesquisas no campo das representações sociais.

1 Teoria das representações sociais: contextos e conceitos

Em muitas apresentações sobre a TRS, é comum iniciar o estudo pela contribuição de Émile Durkheim com a Teoria das Representações Coletivas. Com o objetivo de aprimorar essa teoria, Serge Moscovici reformulou terminologias e conceitos, criando significados e dando origem à TRS. No entanto, para compreender plenamente sua teoria, é necessário conhecer alguns aspectos importantes de sua trajetória.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Serge Moscovici se uniu ao Partido Comunista Romeno, de seu país natal, e foi enviado para um campo de trabalho, sendo libertado apenas em 1944 pelo exército soviético. Após isso, trabalhou como montador em uma fábrica e se envolveu em um movimento de apoio aos sobreviventes da guerra, quando tomou conhecimento do extermínio dos judeus. Em 1948, mudou-se para Paris (Clarini, 2014).

Em sua nova vida, Moscovici dividiu-se entre trabalho e estudos, inicialmente dedicando-se à leitura das obras de René Descartes, Baruch Spinoza, Albert Camus e outros pensadores. Em seguida, estudou Psicologia na Universidade de Paris, onde, segundo Montiel (2015), recebeu uma bolsa de estudos para refugiados, o que lhe permitiu seguir as pesquisas de seu mentor, Alexandre Koyré (1892–1964).

A TRS foi apresentada pela primeira vez em 1961 na tese de doutorado de Moscovici, intitulada "*La psychanalyse, son image, son public*", orientada por Daniel Lagache (1903–1972). De acordo com Montiel (2015, p. 230–231), essa tese

[...] formula a noção de "representação social", que difere do conceito de "representação coletiva" elaborado pelo sociólogo Émile Durkheim. Esta nova teoria dentro da psicologia social vai conseguir o seu maior desenvolvimento importante no final dos anos oitenta e ao longo da década

dos anos noventa do século passado, graças à sua ampla divulgação e recepção em muitos países do mundo, especialmente europeus e latino-americanos³ (tradução nossa).

Neste trabalho, o autor buscou entender as representações sociais que os psicanalistas e a sociedade da época tinham sobre a Psicanálise. Para desenvolver a teoria que fundamenta sua pesquisa, Moscovici se pautou em diversos autores e conceitos fundamentais que também fazem parte da TRS, como sociedade, cultura, identidade, ancoragem, objetivação, núcleo central, sistema periférico, entre outros. A inclusão de diferentes autores em uma única teoria também acarreta críticas, pois podem gerar aspectos antagônicos e inadequados para uma única pesquisa (Constantino *et al.*, 2007). No entanto, mesmo autores como Jean Piaget e Lev Vygotsky, que possuem objetos de estudo distintos, apresentam ideias convergentes e conceitos complementares, como evidenciado na teoria de Moscovici (2012).

A TRS abrange conceitos essenciais, começando pela definição de sociedade, entendida como um espaço em que pessoas com interesses comuns coexistem sob as mesmas leis e normas. Ao nascer, um ser humano é classificado com base em sua carga genética e em seu constitutivo orgânico e psíquico; contudo, é da natureza humana interagir com os outros, originando assim uma sociedade. Essa convivência transforma os seres humanos em seres humanizados, uma vez que é por meio do contato social que o conhecimento é compartilhado, tornando-os seres sociais, políticos e reflexivos.

Conforme já mencionado, a TRS de Moscovici (2012) integra, atualmente, os conhecimentos da Psicologia Social. Ele acreditava que essa ciência deveria responder a questões relacionadas ao que é psíquico, isto é, imaterial e simbólico. Assim, a Psicologia Social transcende aspectos biológicos e materiais, organizando informações em símbolos representacionais. Ao mesmo tempo, deve-se também considerar a existência real e material das pessoas, fatos e objetos. Portanto, convém refletir sobre o fato de que somos seres psíquicos além dos aspectos sociais.

³ “[...] formula la noción de ‘representación social’, que se distingue del concepto de ‘representación colectiva’ elaborado por el sociólogo Émile Durkeim. Esta nueva teoría dentro de la psicología social va a lograr su desarrollo más importante a finales de los años ochenta y durante toda la década de los noventa del siglo pasado, gracias a su amplia difusión y recepción en muchos países del mundo, especialmente europeos y latino-americanos” (Montiel, 2015, p. 230-231).

Freud (1974) descreveu a psique humana como composta por três instâncias: o id, que representa a parte mais primitiva e instintiva da psique, contendo tudo o que é herdado e presente ao nascimento; o ego, que controla os movimentos voluntários e modera os instintos do id; e o superego, que é formado por valores morais adquiridos ao longo da vida em sociedade. O id não se relaciona com o mundo externo e é guiado por impulsos inconscientes, referentes à satisfação imediata das necessidades inatas. O ego, por sua vez, é influenciado pelo ambiente externo e busca satisfação de desejos de maneira mais segura e realista, enquanto o superego inibe os impulsos que contrariam as normas sociais.

Nesse contexto, a educação social que um indivíduo recebe influencia na formação do superego, moldando suas atitudes. Essas ações sociais podem variar entre diferentes sociedades, como observa Moscovici (2012). As disparidades entre as microssociedades podem ser entendidas como cultura, definidas como o conjunto de práticas, produções materiais, mentais e simbólicas de uma sociedade (Arruda, 2000).

Moscovici (2012) argumenta que existem várias microssociedades dentro da sociedade ampla. É nesse espaço que valores, princípios, conceitos e visões são gerados e compartilhados entre os grupos. Assim, toda educação, comportamento, conhecimento e objetos são sociais. Para integrar essas considerações em sua teoria, Moscovici (2012) recorreu a Freud (1974) para explorar os processos inconscientes que orientam a produção do saber social.

A cultura pode ser imposta tanto em sociedades micro (como a família ou grupos religiosos) quanto em sociedades macro (como um país), onde regras e valores comuns ao grupo geram conhecimentos teóricos e práticos necessários para a convivência e sobrevivência. Entre as microssociedades, podem existir semelhanças culturais que unem os cidadãos e formam uma identidade distinta de outros povos (Cordeiro *et al.*, 2017).

A cultura é formada pela reunião de ideias e costumes compartilhados por um grupo. Essa troca pode resultar em duas possibilidades: a) aumentar o número de pessoas que simpatizam com o grupo e suas ideias, passando a fazê-las; ou b) gerar ou aumentar o número de pessoas que discordam do grupo, criando grupos com conceitos, valores e costumes divergentes que compartilham essas diferenças. Assim,

surgem representações sobre um mesmo objeto, em que um grupo possui uma visão comum e outros grupos têm visões diferentes, resultando em múltiplas representações sociais, partindo da apresentação de que a representação é elaborada socialmente (Cordeiro *et al.*, 2017).

Em 1965, Serge Moscovici tornou-se diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris e, posteriormente, professor na New School for Social Research em Nova Iorque (Clarini, 2014). Durante seu tempo na EHESS, Moscovici conheceu Denise Jodelet, sua principal colaboradora na organização da TRS. Em 1972, ele começou a se envolver em estudos e projetos ambientalistas e, em 1976, publicou trabalhos na área de Psicologia Social, uma disciplina pouco reconhecida na França, mas que recebeu a atenção de Moscovici, culminando no livro "Psicologia das minorias ativas", lançado em 1979, que também inclui relatos de suas experiências em militâncias.

Embora Serge Moscovici não tenha publicado muitos livros e artigos sobre a TRS, sua tese e os conhecimentos em documentos de seus seguidores foram suficientes para deixar um legado significativo para a Psicologia Social. Em 1992, foi realizada uma conferência de estudos sobre representações sociais na Itália, intitulada "Conferência Internacional de Representações Sociais", e desde então, foi realizada 12 vezes em diferentes países até 2014, sendo cinco dessas edições no continente americano: Brasil (1994 e 2014), México (1998 e 2004) e Canadá (2000). Moscovici prestigiou todos esses encontros (Montiel, 2015).

Jodelet (1984) afirma que as pesquisas sobre representações sociais devem investigar o sujeito e/ou o objeto dentro de seu contexto social. Os grupos devem ser desenvolvidos em seus aspectos psíquicos e sociais, conforme a Psicologia Social, uma vez que saber apenas quais são as representações não é produtivo se não compreendermos o que levou determinado grupo a considerar essas significações.

As representações citadas por Moscovici (2012) são conceitos elaborados coletivamente no cotidiano, mesmo que de forma inconsciente, envolvendo a definição de um objeto (seja concreto ou abstrato) e a psique humana, sem dissociá-la de seu contexto social. Essa complexidade das representações, que vai além da mera definição de um objeto e se configura, também, como uma forma de

comunicação, despertou o interesse de pesquisadores que tiveram contato com Moscovici e suas obras, motivando-os a investigar como esse conhecimento é construído e representado.

Jodelet (1989, p. 22) ajudou a estruturar o TRS e contribuiu com algumas definições. Segundo a autora, "as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Suas definições são tão importantes quanto às de Moscovici (2012).

Considerando que as representações sociais refletem a forma como os grupos percebem, interpretam e (re)significam determinados objetos, Moscovici (2015) explicou que esse conhecimento é construído por meio da ancoragem, também conhecida como sistema periférico, uma função cognitiva que transforma o "estranho" em algo familiar por meio de associações. Esse conceito vincula-se à teoria de Piaget (1996) especialmente à definição dos processos cognitivos de assimilação e acomodação. A assimilação ocorre quando uma pessoa incorpora novas informações a estruturas cognitivas já existentes, que podem permanecer inalteradas ou ser modificadas. A acomodação, por sua vez, ocorre quando há alterações nos esquemas de assimilação devido à influência do ambiente.

De acordo com Moscovici (2012), a ancoragem permite que o sujeito se (re)equilibre em seus conceitos, considerando tanto seus conhecimentos práticos quanto teóricos, que surgem de sua história coletiva. Esse processo leva a um segundo conceito, a objetivação, que envolve a formação de uma imagem, isto é, as noções abstratas são convertidas em algo concreto, constituindo o núcleo central de uma representação (o significado transmitido por quem a expressa).

O núcleo central está vinculado à memória coletiva e às narrativas do grupo, e por isso é considerado uma parte mais rígida das representações sociais, pois tende a resistir a mudanças que não sejam imediatas. Em contrapartida, o sistema periférico está relacionado ao indivíduo e é mais flexível (Franco, 2004).

Esses conceitos são fundamentais na TRS, pois permitem compreender as representações sociais como

[...] entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas. [...] correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração, e, por outro lado, à prática que produz tal substância, como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica ou mítica (Moscovici, 2012, p. 39).

Nesse contexto, as representações são interpretações do mundo que um sujeito e/ou seu grupo têm sobre um mesmo objeto, pessoa, evento, entre outros. É essa visão que as representações sociais oferecem, orientando as ações do indivíduo e/ou do grupo na sociedade. Assim, ao identificar as representações sociais, é possível entender como um determinado grupo percebe o objeto de pesquisa e como se relaciona com ele. Para Moscovici (2012), a imagem é considerada algo abstrato (como uma ideia ou conceito), não se restringindo apenas a uma figura.

As representações não são reproduções de comportamento, mas, sim, a transformação de conceitos e percepções em uma realidade própria. Apesar de as representações serem abstratas, elas fornecem materialidade, visto que a partir delas o sujeito e/ou seu grupo realizam as ações.

Em resumo, discernimos [representações sociais] sistemas que possuem uma lógica e linguagem particular, uma estrutura de implicações que influenciam tanto os valores quanto os conceitos. Um estilo de discurso que lhes é próprio. Não os consideramos como "opiniões sobre" ou como "imagens", mas como "teorias", como "ciências coletivas" sui generis, destinadas a interpretação e à formação do real. Elas vão além do que é imediatamente dado na ciência ou na filosofia, além da classificação dada dos fatos e acontecimentos (Moscovici, 2012, p. 47).

Assim, para que existam representações sociais, é necessário ter algum conhecimento sobre o objeto ou o acontecimento. As representações são sempre de alguém em relação a algo; portanto, se não há conhecimento, por mais básico que seja, não há representação (Moscovici, 2012). Esse conhecimento precisa ser social e construído em conjunto pelo grupo para ser considerado uma representação social, distinguindo-se do conhecimento científico e das opiniões que são individuais.

De acordo com Jodelet (1984), as principais características das representações sociais são: a) ser sempre representações de um objeto, que podem ser tanto palpáveis quanto abstratos; b) estão relacionadas a uma imagem (ou ideia) que pode

modificar o conceito e/ou a percepção de um grupo; c) possuir um caráter simbólico; d) tenham um caráter construtivo; e) apresentar um caráter exclusivo e criativo. A autora ainda complementa:

[...] a representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objeto prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de saber é diferenciada, entres outras, do conhecimento científico (Jodelet, 1989, p. 22).

Diante do exposto, pode-se exemplificar a seguinte situação: considere o medicamento como objeto de análise. Ele é, inicialmente, uma ideia abstrata. Para entender o que é um medicamento, uma criança pergunta aos pais, que respondem: "é um comprimido que serve para curar a dor". A partir dessa definição, que não é científica, começa a se formar um simbolismo em torno do medicamento. À medida que a criança vive experiências que confirmam essa definição - toma um comprimido sempre que sente dor e percebe que a dor diminui - ela constrói essa definição de forma mais concreta e autônoma, com boas chances de repassar essa representação e formar grupos que a usarão.

Como as representações podem ser alteradas, a explicação "é um comprimido que serve para curar a dor" pode ser modificada por experiências negativas, como a intoxicação por uso excessivo de medicamentos. Nesse caso, a representação sobre o mesmo objeto pode mudar para "veneno". Essa nova representação pode ser compartilhada por um grupo que vivenciou essa experiência, resultando na formação de um novo grupo com essa segunda representação.

Ainda em relação ao medicamento, para uma criança muito pequena, pode-se explicar que "é um comprimido redondo que serve para curar a dor", mesmo sabendo que nem todos os comprimidos têm esse formato. Assim, a criança pode usar uma ancoragem para associar inicialmente o medicamento a algo redondo e comestível que já conhece, como uma bala. Ancorada em um objeto familiar, ela cria uma representação até que, ao entrar em contato com um comprimido real, percebe semelhanças e diferenças em relação à bala, originando uma nova objetivação. Assim compreendemos a afirmação de Moscovici (2012, p. 54), segundo o qual

[...] representar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando o outro, transformam a substância concreta comum, criando a impressão de "realismo" e de materialidade das abstrações, uma vez que podemos agir com elas, assim como de abstração das materialidades, pois exprimem uma ordem precisa.

As representações não devem ser vistas como gestos mecânicos de transmissão e incorporação de conteúdos e conceitos, mas, sim, como processos dinâmicos que surgem da interação entre os sujeitos e seus meios, de forma que possibilite compreender e reconstruir a realidade, bem como interagir e reagir a ela, seja de modo consciente ou inconsciente.

Para Jodelet (2015), as representações devem ser interpretadas a partir de um todo, ou seja, é necessário entender as representações sociais como significações sobre o real a partir do ambiente do sujeito, de suas emoções, de sua psique, de seus movimentos, de sua memória, de seus hábitos e demais conjunturas. As representações sociais devem ser vistas como "[...] um objeto prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (Jodelet, 1989, p. 22). As representações são formas de construção de conhecimento. A autora ressalta, ainda, que as representações sociais podem ser estudadas de duas formas:

Globalmente, quando nos apegamos às posições emitidas por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), a respeito de objetos socialmente valorizados ou conflitantes, elas serão tratadas como *campos estruturados*, isto é, conteúdos cujas dimensões (informação, valores, crenças, opiniões, imagens etc.) são coordenadas por um princípio organizador. De modo focalizado, quando nos apegamos a elas, a título de modalidade de conhecimento, elas serão tratadas como *núcleos estruturantes*, isto é, estruturas de saber organizando o conjunto das significações relativas ao objeto conhecido (Jodelet, 2015, p. 47, grifos da autora).

Diante do exposto compreende-se que as representações estão envoltas de aspectos inconscientes, ou seja, valores morais, religiosos, dentre outros que são impostos desde a tenra idade e que acompanham o sujeito ao longo da vida, definindo sua identidade e guiando no discernimento sobre o certo e o errado.

Quando Moscovici (2012, p. 60) afirma que as representações transmitem “[...] a qualquer figura um sentido e a qualquer sentido uma figura”, ele apresenta uma fórmula, vejamos:

$$\text{Representação} = \frac{\text{Figura}}{\text{Significação}}$$

Logo, representação é igual à figura (ancoragem) dividida por sua significação (objetivação). A figura é criada pela ancoragem, processo pelo qual tornamos o desconhecido em algo similar, comparando-o com algo que já conhecemos. Jodelet (2015, p. 48) a explica como “um enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber [...]”, servindo de guia de compreensão para uma ação, ou seja, a significação, servindo de pré-constructo para elaboração de novas representações sociais.

A significação, por sua vez, é estabelecida pela objetivação, que consiste na união entre familiaridade e realidade, produzindo um conceito em uma imagem e vice-versa. É o conhecimento concreto da figura. Segundo Coutinho *et al.* (2017, p. 29),

[...] diversos autores [como] Jodelet (2005), Jovchelovitch (2011), Alves-Mazzotti (1994), Moscovici (2012, 2015) e Sá (1993) afirmam que o processo de objetivação se decompõe em três fases, a saber: a construção seletiva, a esquematização estruturante e a naturalização. As três juntas formam um conjunto cognitivo que seleciona as informações do mundo exterior e as retém, e essas informações são ligadas por relações, que fazem delas uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um status de realidade objetiva.

Dessa forma, ancoragem e objetivação, juntas, formam e fazem a manutenção das representações sociais. Mais do que criar imagens a representação carrega um sentido simbólico que é compartilhado pelos sujeitos, construindo e transformando os conhecimentos sociais, podendo ou não ser científico (Reis; Bellini, 2011). Esse embate entre ciência e senso comum que perdura há décadas em métodos positivistas, por exemplo, foi superado na teoria moscoviciano, como relata Banchs (2014, p. 309):

Ao fundamentar essa teoria, Moscovici (1961) o faz se opondo explicitamente à hegemonia behaviorista, ao dogmatismo do paradigma científico dominante, assim como ao seu individualismo, ao seu ahistoricismo, à sua visão dicotômica entre sujeito/objeto, ao estímulo/resposta, ao seu atomismo fragmentador da realidade social em micropartículas etc. Ou seja, já em 1961, Moscovici propõe uma teoria crítica, expressa na linguagem metafórica de uso proibido pela ciência rigorosa, uma teoria ou conjunto de ideias e conceitos que não poderiam, de forma alguma, ser localizados dentro do paradigma positivista, até então, dominante.

A TRS permite, segundo Santos (1988, p. 137), analisar condições sociais, políticas e culturais que permeiam as produções de conhecimento, sobretudo as relações de poder existentes dentro e fora das comunidades científicas, possibilitando a compreensão sobre “[...] os mecanismos por meio dos quais se cria ‘consenso científico’ e se orienta o desenvolvimento da ciência matriz para favorecer (sistematicamente) certas áreas de investigação, em detrimento de outras”. As relações sociais e científicas estão enraizadas no poder (de quem o detém) e dita o que é bom e ruim para todos.

Compreendendo a importância histórica da TRS, não se pode ignorar suas contribuições para o conhecimento científico sobre as dinâmicas sociais. Por isso, essa teoria é frequentemente escolhida como base para diversas pesquisas de campo, permitindo investigar relações, conhecimento, memória social, cultura, formação da identidade social, questões políticas e outros aspectos relacionados às representações sociais.

Serge Moscovici foi um dos principais protagonistas nas discussões sobre as representações sociais na década de 1960, inicialmente analisando como o público de sua época percebia a Psicanálise. Com uma visão dinâmica, ele já reconheceu que as representações identificadas naquele grupo poderiam não ser as mesmas atualmente, pois representar é um ato dinâmico, inserido em uma sociedade em constante transformação. Essa perspectiva atemporal se tornou um diferencial da TRS, que considera as questões dialéticas dos discursos e permite obter diferentes resultados de um mesmo grupo em diferentes épocas, assim como resultados variados de grupos distintos em tempos semelhantes, entre outras possibilidades.

As contribuições de Serge Moscovici, embora tenham ficado "adormecidas" por alguns anos, continuaram a ser revividas por seus colegas pesquisadores até hoje.

Denise Jodelet desempenhou um papel significativo na elaboração teórica da TRS, além de colaborar com Moscovici na continuidade dos trabalhos pedagógicos, como coordenadora da Reseau Mondial Serge Moscovici (REMOSCO), que visa ampliar e desenvolver os estudos de Moscovici em centros de pesquisa ao redor do mundo (Camargo, 2015).

Outros autores também se debruçaram sobre as obras de Serge Moscovici, enriquecendo sua teoria. Ivana Marková, por exemplo, dialogou com Moscovici para aprofundar sua compreensão da tese, especialmente na segunda parte de sua pesquisa. Juntos, escreveram diversos artigos e, individualmente, Marková (2016) abordou a dialogicidade nas representações sociais, uma importante contribuição à teoria. Segundo Marková (2016, p. 18), a dialogicidade é “a característica ontológica da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais através do mútuo engajamento do Ego e do Alter, no pensamento e na comunicação”, ou seja, a linguagem permite ao sujeito a (re)construção simbólica da realidade.

De acordo com Marková (2016), ao estudarmos o senso comum estamos analisando um gênero de conhecimento. Para a autora, Moscovici se referia a três gêneros: a) gênero ciência; b) gênero ideologia e; c) gênero senso comum. Dessa forma, podemos considerá-lo um elo entre a sociedade, o indivíduo e sua cultura.

Jovchelovitch (2011) também contribuiu com a TRS. Segundo Duran (2012, p. 239), “a autora teve como perspectiva construir uma abordagem psicossocial sobre os saberes. E o fez, defendendo, em seu caminhar histórico, com suas intuições e análises de processo, conexão entre os mundos pessoais, interpessoais e socioculturais em que eles são produzidos”. Dessa forma, Jovchelovitch (2011) analisou as representações partindo da concepção dialógica que emerge da relação eu-outro-objeto:

A representação, eu busco demonstrar, está na base de todos os sistemas de saber e compreender sua gênese, desenvolvimento e modo de concretização na vida social, nos fornece a chave para entender a relação que amarra o conhecimento à pessoa, a comunidade e mundos de vida. É por meio da representação que podemos compreender tanto a diversidade como a expressividade de todos os sistemas de conhecimento (Jovchelovitch (2011, p.21).

As contribuições de Marková (2016) e Jovchelovitch (2011) evidenciam que as representações sociais, formadas por meio da linguagem e do pensamento, surgem nas interações sociais e na relação com o objeto. É essa relação que possibilita a construção do conhecimento.

Jean-Claude Abric também desempenhou um papel importante no desenvolvimento da TRS. Para ele, as representações sociais são organizadas de maneira específica, sendo hierarquizadas em torno de um Núcleo Central (NC), que é constituído por um ou mais elementos que conferem significado à representação (Abric, 2001).

A concepção de um núcleo central nas representações sociais, proposta por Abric, refere-se à memória coletiva, que serve como base da representação social. Por isso, esse núcleo é considerado rígido, resistindo às mudanças e refletindo a homogeneidade de um grupo social. Ao redor do NC, estão organizados os elementos periféricos, que são caracterizados pela avaliação e pelo valor moral do sujeito, sendo mais flexíveis e heterogêneos do que o NC (Abric, 1998).

No quadro 1, Alves-Mazzotti (2002) apresenta um quadro comparativo para ilustrar as características do núcleo central e do sistema periférico, demonstrando a relação entre a organização da representação e seus processos de transformação.

Quadro 1 - Características do núcleo central e do sistema periférico

Núcleo central	Sistema periférico
ligado à memória coletiva e à história do grupo	permite a integração das experiências e histórias individuais
consensual: define a homogeneidade do grupo	suporta a heterogeneidade do grupo
estável, coerente e rígido	flexível, suporta as contradições
resistente à mudança	se transforma
pouco sensível ao contexto imediato	sensível ao contexto imediato
gera a significação da representação e determina sua significação	permite adaptação à realidade concreta e a diferenciação do conteúdo; protege o sistema central

Fonte: adaptado de Alves-Mazzotti (2002).

Essa diferença antagônica entre os elementos que compõem as representações sociais é crucial para sua estruturação, pois permite uma organização dinâmica dos significados. O NC desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que representa os elementos mais significativos e rígidos que conferem

sentido à representação. Esse núcleo orienta como os significados se organizam, influenciando a forma como os indivíduos compreendem o objeto em questão. Assim, enquanto os elementos periféricos são mais flexíveis e variados, o NC garante a coesão e a homogeneidade permitida para a formação de uma representação social compartilhada.

2. As escolas de representações sociais

A TRS recebeu a contribuição de diferentes autores, cujas pesquisas ajudam a compreender a natureza do ser humano. Os estudos acerca dessa teoria já possuem diferentes linhas em todo o mundo, como afirma Jodelet (2011), ressaltando que no caso do Brasil, em virtude das crescentes publicações sobre representações sociais é uma possível se falar em uma "Escola brasileira". Mas antes de abordar essa visão, é preciso entender as escolas já instauradas e que são referências em todos os estudos à luz da TRS.

De modo geral, as escolas mais conhecidas são as europeias, como a Escola Estruturalista de Aix en Provence, na França, onde os pesquisadores trabalham sob a liderança de Claude Flament, Jean-Claude Abric, Pierre Vergès, dentre outros (Cordeiro, 2017). Abric (1998) trouxe grandes contribuições para a teoria por meio dos estudos sobre o NC, mas foi Flament (1987) quem mais se dedicou ao Sistema Periférico (SP).

De acordo com Flament (1987), o SP protege a representação que precede o objeto. Esse sistema atua como uma defesa do NC. Ironicamente, a parte mais justa da representação é resguardada pela parte mais vulnerável. Isso ocorre porque o NC se fundamenta em um sistema de valores coletivos, enquanto o SP é originário de experiências individuais, o que significa que o conjunto é mais forte do que suas partes. Assim, a principal contribuição dessa abordagem estruturalista da escola francesa sobre representações sociais reside na distinção entre o núcleo central e seus elementos periféricos relacionados ao objeto.

A segunda escola das representações sociais é a Sociogenética, de Genebra, liderada por Willen Doise que

[...] estuda a gênese sociocognitiva das RS, utilizando um modelo proposto pelo próprio líder para análise dos processos psicossociais, que podem ser divididos em quatro níveis. De acordo com Doise (2002), o grupo de Genebra pesquisa sobre a influência social nos diferentes comportamentos humanos. Logo, as explicações para essas ações possuem ordem individual com explicações de ordem societal. O autor salienta que há quatro níveis de análises: a) intraindividual; b) interindividuais e situacionais; c) social; e d) ideológico (Cordeiro *et al.*, 2017, p. 48).

O nível intraindividual refere-se à maneira como um sujeito organiza suas experiências em relação ao meio. O segundo nível, que abrange aspectos interindividuais e situacionais, destaca a intercambialidade dos indivíduos e como seus sistemas de interação sustentam os princípios explicativos desse nível. O terceiro nível, que abarca o aspecto social, considera as relações sociais em diversos contextos, onde o indivíduo pode assumir papéis de domínio ou submissão. Por fim, o quarto nível, que engloba o aspecto ideológico, está relacionado às distinções sociais em função de princípios gerais. Esses quatro níveis possibilitam uma análise aprofundada, representando uma proposta legítima da escola Lemana, reconhecida, segundo Jodelet (2011), por desenvolver uma metodologia aplicada às pesquisas em Psicologia Social.

As escolas mencionadas são consolidadas e reconhecidas no estudo da TRS. Novas abordagens, como a Escola anglo-saxã ou London School of Economics, surgem com contribuições de autores como Gerard Duveen, Ivana Marková e Sandra Jovchelovitch, que seguem uma linha de análise do discurso e narrativa da narrativa em contextos específicos. Em Paris, um grupo de doutorandos reivindica o reconhecimento da escola da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), cujos nomes acadêmicos e professores defendem uma perspectiva simbólica e antropológica utilizando métodos qualitativos (Cordeiro *et al.*, 2017).

Jodelet (2011) tem acompanhado as pesquisas em representações sociais, especialmente no Brasil, onde observa diferenças e convergências com as principais escolas europeias, como a Estruturalista de Aix en Provence e a Sociogenética de Genebra. As divergências são evidentes nos objetivos das pesquisas, além das metodologias de coleta e análise de dados, que se diferenciam das utilizadas nas

escolas mencionadas. Entretanto, a utilização clássica das obras de Serge Moscovici é uma semelhança compartilhada.

Para entender o surgimento da escola brasileira, é importante contextualizar a introdução da TRS no país. A pesquisa de Moscovici (2012), que apresentou a teoria ao mundo, foi publicada em 1961 em sua tese de doutorado, mas levou tempo para ser reconhecida globalmente na forma de livro. No Brasil, a recepção foi tardia, pois o país passou pelo Regime Militar, um período marcado por censura e repressão, que atrasou a tradução da obra de Moscovici do francês para o português brasileiro. A primeira parte desta tese foi acessível aqui no país somente em 1976, pois o restante ainda não havia sido traduzido.

Nesse contexto, diversas análises de autores e artistas buscaram identificar o perfil da população e da nação. Joaquim Nabuco (1849-1910) questionava o modelo de nação que deveria emergir após a escravidão; Candido Portinari (1903-1962) interpretou a figura do mulato; Mario de Andrade (1893-1945) investigava a diversidade e a cultura do povo brasileiro. Esses debates foram posteriormente minimizados por intelectuais como Celso Furtado (1920-2004) e Maria da Conceição Tavares (1930-2024), que vinculavam a identidade brasileira a um país soberano. Marilena Chauí e outros pensadores também se dedicaram a investigar os modos de vida e as causas subjacentes às estruturas sociais e culturais do Brasil (Castro, 2014).

Durante as diferentes repúblicas brasileiras, intelectuais de diversas áreas, como arte, literatura e política, preocuparam-se com a identidade, a cultura e a estrutura social do Brasil. Essa investigação incomodou o governo, especialmente durante a Ditadura (décadas de 1960 a 1980), pois se desenvolveu abordando questões de autoritarismo e repressão do Estado (Castro, 2014). Assim, a explicação para a falta de divulgação da TRS no Brasil durante esse período, encontra-se no fato de não ser bem-vinda em território nacional por contribuir para a exposição de aspectos negativos do governo autoritário.

Após a ditadura militar, a primeira parte da tese de Serge Moscovici foi publicada em português, em 1976. Aproximadamente 40 anos depois, a obra completa chegou ao Brasil, e, nos primeiros anos de democracia (década de 1990),

resultou em estudos emergentes sobre as representações sociais, contribuindo para a divulgação da TRS.

De fato, a teoria tem servido no Brasil à identificação, descrição e comparação de: representações regionais sobre objetos, que demonstram, como fez Mario de Andrade, a pluralidade e a multiplicidade da experiência cultural brasileira; representações que organizam modos de vida por classe social, faixa etária, gênero e cor, que ensejam a análise das estruturas sociais brasileiras e das interfaces com as ideologias, dialogando assim com Sergio Buarque de Holanda, Marilena Chauí, Gilberto Freyre e tantos outros; representações sociais do brasileiro sobre si mesmo, ligando-nos ao debate do conceito de nação que permeou todos os períodos democráticos brasileiros e foi inaugurado por Silvio Romero, Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, dentre outros; representações que se relacionam com a organização do Estado, as desigualdades sociais e as perspectivas de construção do Brasil, como pensadas por intelectuais da estirpe de Celso Furtado (Castro, 2014, p. 16).

Nesse sentido, a TRS no Brasil assumiu como seu objeto geral de estudo o Brasil e os brasileiros. Dessa forma, os pesquisadores desta vertente da Psicologia Social visam principalmente decifrar o enigma da nação plural e complexa que somos.

Talvez esses elementos e os objetivos das pesquisas sobre representações sociais no Brasil, sejam indicativos de uma possível escola em nosso país. Jodelet (2011, p. 20) afirma que a Escola Brasileira da Teoria das Representações Sociais, se assim for consolidada, terá o que as demais escolas têm em comum e como pilar de suas pesquisas, as obras de Serge Moscovici. Se hoje a autora fosse definir a “escola brasileira” diria que ela “[...] remete ao caráter comum apresentado por obras que pertencem aos domínios da arte, da literatura ou da ciência. Designam-se assim grupos de criadores que se afiliam a uma mesma corrente de estilo ou uma liderança de forma [...]”, caracterizada, portanto, pela identificação de problemas de nossa sociedade e por promover discussões e outros subsídios para os enfrentarmos.

A TRS permite ao pesquisador identificar as representações que um grupo específico possui em relação ao seu objeto de estudo. Essas representações são construídas socialmente, entre indivíduos que compartilham uma realidade comum, resultando em uma representação que é, portanto, coletiva e social (Cordeiro, 2019).

No campo da Educação, as pesquisas sobre representações sociais, segundo Alves-Mazzotti (2008), auxiliam na compreensão dos fenômenos vinculados à espaço educativo. Nas palavras da autora:

Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo (Alves-Mazzotti, 2008, p. 21).

Assim, uma vasta quantidade de estudos tem sido realizada, buscando identificar as representações de discentes, de docentes, de gestores, dentre outros atores que atuam no campo educacional, a fim compreender fenômenos vinculados ao espaço escolar em todos os níveis de ensino.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo discutir os princípios da Teoria das Representações Sociais (TRS) e seu uso para a fundamentação e delineamento metodológico de estudos acadêmicos, a fim de compreender sua aplicabilidade.

A TRS, desenvolvida por Serge Moscovici, tem desempenhado um papel fundamental nas pesquisas brasileiras, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais. Por meio da revisão bibliográfica empreendida, verificamos que essa teoria oferece uma estrutura sólida para compreendermos como os indivíduos constroem e compartilham significados sobre o mundo ao seu redor. Com um foco na maneira como ideias, símbolos e práticas culturais circulam e ganham forma coletiva, a TRS de Moscovici proporciona um arcabouço teórico que tem sido amplamente adotado nas investigações brasileiras, ajudando a explorar questões sociais, culturais, políticas e educacionais do Brasil.

Um dos aspectos mais significativo da teoria de Moscovici, é sua capacidade de capturar o caráter dinâmico e dialético das representações sociais. Moscovici apresentou as representações sociais como um processo contínuo e flexível, em que as ideias e significados são constantemente moldados e remoldados pelas interações sociais.

No contexto brasileiro, onde a diversidade cultural e as desigualdades sociais são profundas, essa abordagem dialética permite que os pesquisadores examinem como as diferentes camadas da sociedade influenciam a formação de crenças, valores e representações sobre temas variados. Em decorrência disso, essa abordagem é particularmente útil para estudar como determinados grupos constroem e defendem suas identidades em um cenário frequentemente adverso.

A TRS se fundamenta na ideia de que o conhecimento e as representações não são criações isoladas de indivíduos, mas, sim, produtos coletivos que refletem as influências culturais, históricas e sociais de uma comunidade. Esse aspecto coletivo das representações sociais ressoa profundamente com a realidade brasileira, marcada pela pluralidade de vozes e pelo contraste entre as diferentes regiões, classes e etnias. A TRS possibilita, assim, uma compreensão mais holística das interações sociais no Brasil, ajudando a revelar como grupos distintos lidam com questões complexas, sobretudo no campo educacional.

A TRS permite aos pesquisadores investigarem como as questões são representadas socialmente, mas, também, como essas representações influenciam o comportamento e as ações das pessoas.

A flexibilidade metodológica da TRS é outro ponto positivo para os pesquisadores no campo educacional. Ela se adapta a uma variedade de métodos de pesquisa, incluindo entrevistas, questionários, grupos focais e análises de discurso. Essa característica tem sido fundamental para os estudos brasileiros, onde é comum o uso de abordagens mistas que combinam dados qualitativos e quantitativos para capturar a complexidade das representações sociais. A TRS, dessa forma, facilita a aplicação de metodologias que envolvem a participação ativa das comunidades, o que é considerável em nosso país, onde há uma grande diversidade cultural e linguística.

Ao enfatizar a importância do contexto cultural, das interações sociais e das dinâmicas de poder, a TRS contribui para um entendimento mais profundo das questões sociais brasileiras e abre caminhos para intervenções que promovem a justiça social.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. *In*: ABRIC, Jean-Claude (Org.). **Práticas sociais y representaciones**. México: Ediciones Coyoacán, 2001. p. 11-32.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 14, n. 15, p. 17-37, 1º e 2º sem. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913/22130>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCHS, María A. Leitura epistemológica da Teoria das Representações Sociais: Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. *In*: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília, DF: Technopolitik, 2014. p. 298-345.

CAMARGO, Brígido Vizeu. Serge Moscovici (14/06/1925 – 16/11/2014): Um percussor inovador na psicologia social. **Memorandum**, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, v. 28, p. 240-245, abr., 2015. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/wp-content/uploads/2015/05/camargo01.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CASTRO, Ricardo Vieira Alves de. Prefácio. *In*: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília, DF: Technopolitik, 2014. p. 8-20.

CLARINI, Julie. Serge Moscovici, figure de la psychologie sociale, est mort. **Le Monde**, [online], 16 nov. 2014. Disponível em: https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2014/11/16/serge-moscovici-figure-de-la-psychologie-sociale-est-mort_4524344_3382.html. Acesso em: 4 nov. 2024.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte *et al.* O método histórico-dialético: Contribuições da teoria das representações sociais e da psicologia sócio-histórica. *In*: CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (Org.). **Percursos da Psicologia qualitativa em Psicologia**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007. p. 39-60.

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes. **As representações sociais de professores do Ensino Fundamental sobre TDAH e medicalização**. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

Disponível em:

<https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclu>

sao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3549361. Acesso em: 4 nov. 2024.

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes *et al.* As pesquisas em representações sociais: aspectos teóricos e metodológicos. *In:* YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; SANTOS, Annie Rose dos. **Psicologia e educação**: Interfaces com as representações sociais. Curitiba: CRV, 2017. p. 39-60.

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes. **O biopoder e a domesticação dos corpos infantis**: estudo sobre o TDAH e as representações sociais de diferentes profissionais acerca do suposto transtorno e da medicalização. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em:
https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7724192. Acesso em: 4 nov. 2024.

COUTINHO, Karen de Azevedo *et al.* Representações sociais: Conceitos e funções. *In:* YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; SANTOS, Annie Rose dos. **Psicologia e educação**: Interfaces com as representações sociais. Curitiba: CRV, 2017. p. 19-38.

DURAN, Maria Claret Geraes. Representações sociais: uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 15, n. 25, p. 228- 243, jan./jun. 2012. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/3354/3075>. Acesso em: 4 nov. 2024.

DURKHEIM, Emile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris: Alcan, 1912.

FLAMENT, Claude. Pratiques et représentations sociales. *In:* BEAUVOIS, Jean-Léon. **Perspectives cognitives et conduites sociales**. Cousset: De Val, 1987. p. 143-150.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/Lng4HFC8fGVLmWxzDrTWCCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FREUD, Sigmund. Esboço de Psicanálise. *In:* FREUD, Sigmund; GERMER, Guilherme Marconi. **Freud**. São Paulo: Abril, 1974. p. 102-134.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JODELET, Denise. La Representation Social: Fenômenos, Concepto y Teoría. *In*: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psicologia Social**. Barcelona: Paidós, 1984. p. 469-494.

JODELET, Denise. Représentations Sociales: Un Domaine en Expansion. *In*: JODELET, Denise (Org.). **Les Représentations Sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: Representações, comunidade e cultura. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2016.

MONTIEL, Gilberto Giménez. Serge Moscovici. **Revista Cultura y representaciones sociales**, México, v.9, n. 18, p. 229-232, 2015.

MOSCOVICI, Serge. Conciencia social y su historia. **Polis. Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial**, Cidade do México, n. 1999, p. 17-40, 2001. Disponível em:

<https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/polis/article/view/16722/14958>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi de. **Leitura e escrita**: representações sociais de professores, estudantes, pedagogas e diretoras da educação básica. 2019. 292 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2019.

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, São Paulo, n. 61, p. 139-155, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/sMLyrxVfFFrRNxNCtcvpb8d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.

RÊSES, Erlando da Silva. Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 189-199, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/920/1123>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 4 nov. 2024.

Recebido em: 14-11-2024

Aprovado em: 21-11-2024

Publicado em: 28-11-2024